

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 01 – Mobilidade Ativa

RELATORIA

Painel: Mesa 01 – Mobilidade Ativa

Data: 29/02/2016, 9h às 10h30

Relator(a)

Marcos Daniel Souza dos Santos

Gláucia Maia de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do encontro é compartilhar um painel de temas sociais e urbanos que permita ampliar o debate nacional e internacional, de forma a subsidiar a posição brasileira nas proposições relacionadas à Agenda Pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 11 relacionado ao tema de “Cidades Sustentáveis”. Tais assuntos também serão foco de grande parte dos debates que ocorrerão na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevista para acontecer em Quito, Equador, em outubro de 2016.

O objetivo central desta mesa é: Debater os desafios e estratégias para fomentar e priorizar os modos não motorizados de deslocamento, com destaque para a segurança de pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência, qualificação da infraestrutura, desenho urbano e financiamento. O painel pretende também abordar as estratégias com relação à mobilidade de pedestres e ciclistas integrada com o transporte público coletivo, uso do solo e ações educativas e de comunicação com relação à promoção da mobilidade ativa.

2. BREVE PANORAMA/CONTEXTO DO TEMA

- Meli Malatesta: Indicou que a mobilidade a pé é o modo mais utilizado no país, porém a infraestrutura para este modo não possui a mesma atenção que para os modos motorizados. Pontuou as vantagens da mobilidade a pé para a saúde, clima, economia e ambiente social.

- Yuriê Baptista: Destacou a vantagem da bicicleta em vencer distâncias maiores que o deslocamento a pé e com isso ser uma alternativa aos deslocamentos pelos modos motorizados. Ressaltou a importância de coletar dados com relação ao uso da bicicleta nas cidades brasileiras. Apresentou informações com relação à pesquisa que traça o perfil dos usuários de bicicleta.

- Ana Nassar: Destacou que a mobilidade ativa contribui para a construção de uma cidade com equidade e sustentabilidade. Reforçou que a mobilidade a pé e de bicicleta integram a cadeia de deslocamentos na cidade e possuem papel central na integração modal. Pontuou que o planejamento político-institucional referente à mobilidade urbana deve ser coerente com o desenho de projetos.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperación
alemana

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 01 – Mobilidade Ativa

- Holgar Dalkmann: Defendeu primeiramente a necessidade de integrar a mobilidade ativa como parte do sistema dentro dos planos de mobilidade. Reforçou a importância de aumentar a participação social e as campanhas de conscientização sobre o tema. Pontuou sobre a necessidade de se implementar um desenho urbano mais seguro. Por fim, destacou também a importância de melhoria da oferta de bicicletas públicas e infraestrutura adequada para ciclistas.

3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Importância definir ações e políticas públicas que de fato priorizem a mobilidade a pé;
- A bicicleta é um modo que pode contribuir para o alcance dos ODS;
- Ausência de dados com relação à migração entre os modos ativos para os motorizados, em especial nas cidades de porte médio, que possibilite indicar o aumento ou decréscimo do uso da bicicleta;
- A infraestrutura de mobilidade ativa possibilita uma grande transformação das cidades e seus deslocamentos sem grandes custos com obras, diferente do que atualmente ocorre com as obras para os modos motorizados;
- Ausência de financiamento federal para a mobilidade ativa em comparação com aos recursos destinados para o transporte público coletivo;
- Ausência de metas objetivas com relação à promoção da mobilidade ativa para o país e para o mundo;
- O país possui uma política nacional de mobilidade que prioriza os modos ativos sobre os motorizados, porém é necessário que as novas infraestruturas urbanas prevejam esta prioridade;
- Os transportes ativos devem ser pensados como parte integrante de uma rede integrada de transporte urbano. O desenho dos projetos devem prever eficientes conectividades (bicicletários seguros e boa caminhabilidade);
- Necessidade de unir o discurso de pedestres e ciclistas para maior visibilidade;
- Planejamento dos projetos habitacionais deve pensar nos deslocamentos sustentáveis para o acesso aos equipamentos urbanos por meio dos transportes ativos;
- Necessidade de redução da velocidade para a segurança dos deslocamentos por modos ativos;
- Desenho urbano que favoreça os deslocamentos de pedestres e ciclistas, com espaços de convívio seguros e atrativos para o transporte não motorizado (iluminação, arborização, segurança pública);
- Incorporar elementos no planejamento da infraestrutura urbana que considere os fenômenos relacionados às mudanças climáticas e que interferem nos deslocamentos urbanos;
- A mobilidade ativa beneficia a saúde inclusive com relação à obesidade e sobrepeso, que possuem atualmente altos índices. Necessidade de atender o número considerável de pessoas com deficiência e que precisam de condições adequadas de deslocamentos;

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades



Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 01 – Mobilidade Ativa

- A mobilidade ativa se contrapõe as externalidade negativas dos modos motorizados, tais com: vítimas do trânsito, emissões de CO2 e altos custos com infraestrutura de transporte;
- Importância de usar a via pública também como espaço de convívio e não somente circulação.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS AO TEMA

- Disponibilizar para as cidades ferramentas e estratégias para pesquisa e planejamento da mobilidade urbana;
- Monitoramento e avaliação das ações de mobilidade urbana por meio de indicadores específicos para os transportes ativos;
- Necessidade das cidades desenvolverem mecanismo para financiar e qualificar a infraestrutura de mobilidade ativa de modo a evitar a dependência exclusiva de recursos do Governo Federal;
- Planejamento integrado da mobilidade urbana, que considere o uso e ocupação do solo, integração com o transporte público e que priorize de fato a mobilidade ativa.

5. CONCLUSÕES

- Aprimorar as pesquisas de transporte com foco na mobilidade ativa e investir em ferramentas para coleta de dados;
- Investir e gerir a infraestrutura para a mobilidade a pé. Na maioria das cidades brasileiras a responsabilidade pela manutenção é dos proprietários e não ocorre a correta fiscalização do poder público. Rever legislação sobre a infraestrutura das calçadas e legislação sobre o trânsito de maneira a dar foco na mobilidade não motorizada;
- Cobrar ações efetivas e práticas de prioridade aos modos ativos de mobilidade, em especial das esferas políticas de decisão, de maneira a traçar metas específicas para a mobilidade ativa;
- Atuar na redução de velocidade dos modos motorizados e educação no trânsito para aumentar a segurança da circulação viária, em especial dos modos não motorizados;
- Definir estratégias para garantir a qualidade da infraestrutura, com padronizações e elementos de projeto que induzam e tornem atrativo a opção pelos deslocamentos a pé e de bicicleta.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperación
alema

giz